

Nova Política Industrial se desdobra na transformação digital dos pequenos negócios

» DÉCIO LIMA
Presidente do Sebrae



A Nova Política Industrial proposta pelo governo brasileiro, intitulada Nova Indústria Brasil, emerge de um profundo debate junto ao setor produtivo do país como instrumento para reverter o cenário da desindustrialização enfrentado nas últimas décadas. A iniciativa, liderada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, representa uma oportunidade histórica para impulsionar a indústria nacional até 2033, priorizando a sustentabilidade e a inovação. Serão investidos R\$ 300 bilhões, cabendo à política de neointustrialização nortear o investimento.

Um dos pontos de destaque e que fazem desse plano algo inédito é a atenção direcionada às micro, pequenas e médias empresas, que, ao longo da história, estiveram à margem de boa parte das políticas públicas voltadas ao setor. O governo Lula reconhece o papel crucial dessas empresas no desenvolvimento socioeconômico do país, sendo responsáveis por uma proporção essencial dos empregos e agentes ágeis e inovadores na diversificação do setor industrial.

Por isso, o plano tem como meta engajar, no primeiro momento, 200 mil dessas empresas ao longo de quatro anos, aumentando sua produtividade em 20%. Essa abordagem fortalece a base produtiva, estimula a geração de riqueza, ao mesmo tempo em que cria empregos de qualidade. A transformação

digital é um dos pilares da nova política, um caminho sem volta, que visa transformar digitalmente 90% das empresas industriais brasileiras. Serão 2 bilhões de investimentos para transformação digital.

O Sebrae está participando ativamente desse processo. A iniciativa abraça a indústria 4.0, fomentando o desenvolvimento de produtos digitais e a produção nacional de semicondutores. O governo busca não apenas modernizar a indústria, mas também triplicar a participação da produção nacional de novas tecnologias. A desburocratização é mais uma frente da Nova Indústria Brasil, com 41 projetos voltados para a melhoria do ambiente de negócios. Essa medida é essencial, principalmente para as MPE, que enfrentam grandes desafios para ampliar sua produtividade. Isso representa melhorar a gestão, implantar eficiência energética, tornar a empresa mais competitiva.

As metas de transição para a bioeconomia e a redução das emissões de carbono estão integradas aos objetivos de ampliar em 50% a participação dos biocombustíveis na matriz energética de transportes e reduzir em 30% as emissões de carbono da indústria nacional. Além de atender as demandas globais por práticas mais sustentáveis, o compromisso com a sustentabilidade posiciona a indústria brasileira como força inovadora e responsável no cenário internacional.

A iniciativa do governo é um passo estratégico

na direção de elevar as micro e pequenas indústrias brasileiras ao papel de protagonistas que lhes pertence. Ao olhar com atenção diferenciada para as necessidades desse segmento, o país promove as bases para um futuro mais promissor e sustentável. Com a implementação efetiva dessa política, será possível vislumbrar um horizonte em que os pequenos negócios não apenas sobrevivem, mas prosperam, potencializando ainda mais a retomada do crescimento do Brasil com distribuição de renda e oportunidades para todos.

Será apresentada hoje a Plataforma da Produtividade, ferramenta de acesso ao novo Brasil Mais Produtivo, programa voltado ao aumento de produtividade e de competitividade de micro, pequenas e médias empresas e que faz parte do projeto de neointustrialização do governo federal. O lançamento marca a abertura das inscrições e o início de nova fase do B+P, que, a partir deste ano, terá foco na transformação tecnológica das empresas.

A jornada de atendimento às empresas terá execução do Sebrae e do Senai, voltada à melhoria de gestão, inovação, mercado, manufatura enxuta, eficiência energética e transformação digital. A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) se somam ao programa.

Mercados exploram pouco o potencial de aliviar a fome

» ALEXANDRE VASSERMAN
CEO da Infineat, startup que tem a missão de erradicar a fome e o desperdício de alimentos

Considera-se desperdício todo o tipo de perda relacionada à decisão de descartar algo que ainda tem valor e esse descarte desnecessário acontece com produtos voltados à alimentação. Conforme a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), são jogados fora 127 milhões de toneladas de alimentos em toda a América Latina. Só no Brasil, são 41 mil toneladas de alimentos que vão para o lixo todos os dias, deixando o país entre os que mais desperdiçam globalmente, com cerca de 30% de sua produção alimentar e prejuízos estimados em quase 46 bilhões de dólares por ano, ainda segundo a FAO. E os supermercados estão entre os principais geradores de desperdício de alimentos.

De acordo com dados divulgados em 2023 pela Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), em conjunto com a NielsenIQ, o setor supermercadista é um dos mais fortes e representativos da economia brasileira. Em 2022, alcançou um faturamento de R\$ 695,7 bilhões, correspondendo a cerca de 7,03% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, com quase 95 mil lojas em todo o Brasil. No que diz respeito ao desperdício de alimentos, os quase 95 mil supermercados do país enfrentam perdas equivalentes a R\$ 7,6 bilhões em produtos bons para o consumo. Cerca de 81% são alimentos perecíveis como frutas, hortaliças, carnes e peixes.

A pesquisa da Associação Brasileira de Supermercados (Abrás) ainda mostra que a eficiência operacional que engloba e é diretamente responsável pela prevenção das perdas, cresceu apenas 3% de um ano para o outro, passando de 12% em 2022 para 15% em 2023, afetando assim a eficácia do sistema de reaproveitamento de produtos bons para o consumo. Entretanto, o que se observa na abordagem da pesquisa é que esses dados de eficiência só consideram custos internos dos varejistas, pois ainda não há uma medida de impacto gerado ao meio ambiente, por exemplo.

As perdas e os desperdícios de alimentos representam um importante retrato da ineficiência dos sistemas alimentares. Historicamente, supermercados vivenciam, no dia a dia, um cenário de grande desperdício, em especial de alimentos (cuja validade está perto de expirar ou o produto perdeu a cor, teve algum tipo de machucado; mas ambos os casos, ainda estão perfeitos para o consumo). Muito embora o mundo esteja reconhecendo cada vez mais o problema e o setor supermercadista também, tendo como claro o ônus indissociável à operação, na prática, supermercadistas brasileiros não conseguem tangibilizar o descarte de alimentos como prejuízo no próprio negócio.

Sendo os supermercados um dos maiores responsáveis pela capilaridade do alimento e pela chegada até a mesa do consumidor final, é preciso entender de que forma esse setor está, de fato, investindo e criando programas de combate ao desperdício e, assim, contribuindo tanto para uma gestão processual inteligente, quanto efetivamente para alimentar a população brasileira em situação de insegurança alimentar. Embora existam programas que unem as pontas, o volume de alimentos jogados fora evidencia a falta de soluções completas.

Mesmo não existindo um caminho único para controlar o desperdício e para combater a fome, há quem esteja construindo produtos e serviços direcionados para resolver ambos os problemas em larga escala. É o caso de negócios de impacto socioambiental que conectam supermercados e indústrias de alimentos a entidades filantrópicas, reduzindo drasticamente o desperdício, enquanto, simultaneamente, afetam positivamente a diminuição da fome no país.

A tecnologia aliada à operação complexa do varejo permite auxiliar os varejistas nas boas práticas e nos processos do dia a dia, permitindo posicionamento ESG da empresa, gerando economia, além de atuar na linha de frente do combate ao desperdício, com soluções que favorecem o gerenciamento operacional dessa demanda, gerindo o caminho final correto do alimento de uma ponta a outra. Assim, pode-se contribuir diretamente para que os alimentos bons para o consumo cheguem àquelas pessoas de baixa renda e que sofrem de insegurança alimentar todos os dias, em grandes volumes — podendo provocar um impacto sem precedentes no país.

O combate ao desperdício é uma tarefa que deve ser cobrada por todos, mas existe uma responsabilidade ainda maior do setor supermercadista. Ao entenderem a oportunidade de resolverem o problema, poderão causar, individual e coletivamente, impacto em todas as frentes, inclusive financeiras, do setor. Mas, para isso, é importante encontrar quem pode ajudá-los a resolver essa questão — e existe quem o faça.

O papel de todos em prol de uma educação antirracista

» MIRIAM SALES

Coordenadora pedagógica da Mind Lab, pós-graduada em docência e performance na educação a distância e estudante e pesquisadora

Na jornada rumo à construção de uma sociedade mais justa e igualitária, a luta contra o racismo não pode ser um fardo exclusivamente dos educadores negros. Pedagogos e professores têm a responsabilidade de compreender o papel fundamental, na prática antirracista, afinal, a lei (nº 10.639) é para todos. Sancionada há 10 anos, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e incluiu no currículo oficial a obrigatoriedade da presença da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Muitas vezes, inadvertidamente, associamos o racismo apenas àqueles que são diretamente afetados por ele, em muitos casos, a pessoas negras. Essa visão limitada perpetua a ideia de que a luta contra o racismo deve ser liderada somente por educadores negros. No entanto, precisamos romper com essa perspectiva e compreender que o racismo é um mal social, que afeta toda a sociedade. A discussão antirracista não pode ser negligenciada nem transferida para um único grupo, é uma responsabilidade compartilhada por todos.

O racismo não é um problema exclusivo das pessoas negras, é um obstáculo que todos devem superar. Mas é comum ouvirmos professores não

negros alegando que não abordam a temática racial por não serem negros, portanto, não teriam o "lugar de fala". No entanto, a questão do "lugar de fala" vai além da mera representatividade, todos podem falar de acordo com o lugar que ocupam. O racismo é um problema que afeta a todos, independentemente da cor da pele. A necessidade de reflexão e ação não é definida pelo tom da pele, mas pelo compromisso de construir um mundo mais justo.

Djamila Ribeiro, filósofa e escritora que introduziu o conceito de "lugar de fala", destaca que esse lugar é um "lugar social". Ou seja, não se restringe somente à representatividade, mas envolve uma consciência racial e um posicionamento político para efetivar ações na prática antirracista. A partir dessa perspectiva, fica evidente que ser um educador negro não basta para discutir questões raciais; a consciência racial é fundamental. Por outro lado, educadores brancos podem e devem ter um lugar social no combate ao racismo, já que a responsabilidade de combater a discriminação e as injustiças é de todos.

A verdade é que ser antirracista é um compromisso coletivo, uma jornada que transcende as barreiras da raça. Educar para a igualdade não é

um privilégio, mas, sim, uma responsabilidade. Educadores têm o poder de usar sua posição para dismantlar estereótipos, promover a compreensão e construir pontes entre diferentes grupos étnicos. O racismo é um problema social, e enfrentá-lo é dever de toda a sociedade.

O espaço do educador não negro, na prática antirracista, é essencial, pois ao abraçar essa missão, contribui para a desconstrução de estereótipos e preconceitos arraigados. Como pedagogos e professores, temos o privilégio de desenvolver mentes jovens e influenciar as próximas gerações. Cada lição ministrada, cada diálogo aberto, cada ação inclusiva é um passo em direção a um futuro mais igualitário.

Enquanto educadores, temos a incrível oportunidade de ser catalisadores de mudança. A sala de aula é um espaço de construção, onde as sementes do respeito, empatia e igualdade são plantadas. Nesse processo, a cor da pele não é uma barreira. Ao contrário, é um convite para ser parte ativa da transformação.

Portanto, conclamamos a todos os educadores, independentemente da cor da pele, a abraçarem a educação antirracista como um compromisso coletivo. Nossa luta, nossa responsabilidade.